



PROCESSO DE PROMOÇÃO 2025
QUADRO DO MAGISTÉRIO | ANOS: 2018 / 2019 / 2020 / 2021 / 2022 / 2023

010. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO ESPECIAL **(DEFICIÊNCIA VISUAL)**

(OPÇÃO: 012)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

- 01.** Considerando o que estabelece a *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988, no parágrafo 1º de seu artigo 218, receberá tratamento prioritário do Estado a
- (A) aprendizagem de conteúdos lógico-matemáticos.
 - (B) preparação moral e cívica para a vida pública.
 - (C) formação técnica e profissional no ensino médio.
 - (D) educação financeira para a autonomia e o progresso individual.
 - (E) pesquisa científica básica e tecnológica.
- 02.** Marcelo, aluno do 3º ano do ensino fundamental na rede estadual de São Paulo, tem faltado frequentemente às aulas sem apresentar justificativa, prejudicando seu desempenho. Após esgotarem os recursos internos, conforme o artigo 56 da Lei nº 8.069/1990 (*Estatuto da Criança e do Adolescente*), os dirigentes escolares devem
- (A) solicitar a transferência de Marcelo para uma unidade escolar mais próxima de sua residência.
 - (B) instaurar uma comissão para investigar as condições familiares do estudante.
 - (C) comunicar o caso ao Conselho Tutelar.
 - (D) solicitar um assistente socioeducativo para acompanhar o estudante.
 - (E) solicitar a suspensão dos benefícios sociais recebidos pela família do estudante.
- 03.** O artigo 1º da Lei nº 9.394/1996, em seu parágrafo 2º, estabelece que a educação escolar deverá vincular-se
- (A) aos valores da família e à prática moral.
 - (B) ao mundo do trabalho e à prática social.
 - (C) ao exercício partidário e à prática cívico-democrática.
 - (D) ao academicismo e à prática científica.
 - (E) ao contexto de internacionalização e à prática global.
- 04.** No documento *Currículo Paulista* (2019), as competências gerais propostas pela *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) são
- (A) abreviadas.
 - (B) flexibilizadas.
 - (C) preteridas.
 - (D) reiteradas.
 - (E) retificadas.
- 05.** Entre as diretrizes traçadas para o *Plano Estadual de Educação de São Paulo* (Lei nº 16.279/2016), em seu artigo 2º, está a
- (A) promoção do ensino híbrido como pressuposto de realização da Educação Básica, em todas as suas etapas.
 - (B) ampliação do atendimento escolar em todo o território estadual, com manutenção dos índices de qualidade da educação alcançados na capital.
 - (C) consolidação das metodologias ativas, com ênfase nas habilidades socioemocionais e na resolução de problemas como metas de desenvolvimento.
 - (D) redução do analfabetismo, com prioridade absoluta às crianças e aos adolescentes.
 - (E) formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.
- 06.** A *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (Decreto nº 6.949/2009), em seu artigo 2, apresenta uma lista de definições. Uma delas equivale à concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, mas sem excluir as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias. Trata-se
- (A) da intervenção material.
 - (B) do projeto integrador.
 - (C) do desenho universal.
 - (D) da terminalidade específica.
 - (E) da tecnologia assistiva.
- 07.** A *Política de Educação Especial do Estado de São Paulo* (2021) afirma que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço disponibilizado para estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial. De acordo com o documento, o referido serviço tem como característica ser
- (A) substitutivo ao ensino regular comum.
 - (B) complementar ou suplementar no apoio do processo de aprendizagem.
 - (C) equivalente ou próximo a um reforço escolar institucionalizado.
 - (D) disponibilizado exclusivamente em salas de recursos.
 - (E) realizado exclusivamente em salas de aula regular.

08. De acordo com o inciso V do artigo 4º da Resolução nº 1/2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, é correto afirmar que
- (A) a Educação em Direitos Humanos envolve reparação das diferentes formas de violação de direitos.
 - (B) os Direitos Humanos aplicam-se prioritariamente a cidadãos em vulnerabilidade, como aqueles em situação prisional ou outra forma de privação de liberdade.
 - (C) a inserção curricular da Educação em Direitos Humanos deve dar-se sempre de forma interdisciplinar, evitando-se abordá-la como conteúdo específico das disciplinas já existentes.
 - (D) os Direitos Humanos são de caráter essencialmente liberal e individual.
 - (E) o princípio que fundamenta a Educação em Direitos Humanos é a prevalência jurídica das minorias.
09. O artigo 78 da Lei nº 9.394/1996 (*Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*) estabelece que o Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar _____ aos povos indígenas.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.
- (A) híbrida e globalizada
 - (B) profissionalizante e tecnológica
 - (C) bilíngue e intercultural
 - (D) compensatória e supletiva
 - (E) adaptada e flexível
10. Tendo em vista os princípios e as diretrizes da política migratória brasileira (especificamente, o artigo 3º da Lei nº 13.445/2017), é correto afirmar que o acesso do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social é
- (A) vetado a cidadãos apátridas.
 - (B) variável, em razão dos critérios de admissão em território nacional.
 - (C) vetado a residentes fronteiriços, exceto em caso de acordo de cooperação entre países.
 - (D) igualitário e livre.
 - (E) concedido em função da lei do país de origem do migrante, preservando a isonomia.
11. Assinale a alternativa que apresenta uma asserção coerente com o que pressupõe e determina o Decreto nº 55.588/2010.
- (A) Transexuais e travestis possuem orientação sexual comprovadamente distinta do sexo biológico.
 - (B) Os direitos da diversidade sexual constituem direitos humanos e sua proteção requer ações efetivas do Estado.
 - (C) O direito à escolha de tratamento nominal por transexuais e travestis é reservado ao contexto das organizações civis.
 - (D) Toda pessoa tem direito a ser tratada, preferencialmente, de forma correspondente ao seu sexo biológico.
 - (E) A redesignação sexual é condição necessária e suficiente para a garantia do direito à escolha de tratamento nominal.
12. De acordo com o documento *Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania* (2004), assinale a alternativa correta.
- (A) O Conselho Escolar tem atuação fundamental, mas limitada, sendo-lhe vetado o acompanhamento da gestão administrativo-financeira das unidades escolares.
 - (B) O projeto político-pedagógico elaborado por especialistas e aprovado pelo Conselho Escolar tem a vantagem de representar com maior precisão os anseios da comunidade.
 - (C) Compete ao Conselho Escolar incentivar a autonomia e a improvisação pedagógica, valorizando a experiência acumulada dos profissionais.
 - (D) A cultura patrimonialista é um dos fundamentos que subsidiam a atuação do Conselho Escolar, instância também encarregada de proteger o bem comum.
 - (E) O Conselho Escolar tem funções deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras, que se orientam para a construção de uma educação de qualidade social.

13. Leia o excerto a seguir:

“Uma professora de uma escola municipal de Queimados, na Baixada Fluminense, foi afastada após responsáveis de alunos denunciarem declarações racistas postadas em uma rede social. A Secretaria de Educação abriu um procedimento disciplinar para averiguar a denúncia. [...]”

Segundo as denúncias, foram postadas nas redes sociais de Michele frases como ‘a penalidade para quem comete racismo contra brancos deveria ser morar na África’; e ‘acho que vou passar carvão na pele para trabalhar em Queimados. Não vai adiantar. Só se eu fosse corrupta’.”

(G1 Rio, 04.09.2024. Adaptado)

Considerando o que expõe o parágrafo único do artigo 6º da Resolução CNE/CP nº 1/2004, que institui *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, se houver comprovação de racismo na conduta da professora, o caso deve ser tratado como

- (A) contravenção grave resultante em suspensão preventiva.
- (B) irregularidade institucional cabível de procedimento disciplinar.
- (C) infração penal passível de multa fixada em 10 salários mínimos.
- (D) infração administrativa inimputável.
- (E) crime imprescritível e inafiançável.

14. Azambuja e Silva (2024) observam que, como as tecnologias da inteligência e da cultura se desenvolvem em uma velocidade cada vez maior, o educador precisa

- (A) evitar a entrada na escola das tecnologias cognitivo-culturais, nocivas ao desenvolvimento da criança.
- (B) preparar-se para sua gradual substituição pela inteligência artificial em tarefas criativas e de pensamento crítico, em um processo denominado *technocrítico*.
- (C) atualizar-se do ponto de vista do domínio das novas tecnologias intelectuais e culturais em um processo conhecido como *technotização*.
- (D) especializar-se nos conhecimentos tecnocientíficos, armazenando de modo crescente e contínuo conhecimentos cada vez mais especializados.
- (E) submeter-se ao caráter inexorável da ascensão das inteligências artificiais e da cultura digital, passando a utilizá-las intensamente em sua atuação.

15. Ao abordarem o tema da avaliação e discutirem o que a escola pode fazer para melhorar seus resultados, Carvalho e Menezes (*in Carvalho et al.*, 2007) apresentam algumas considerações sobre o que se denomina *efeito-escola*. A esse respeito, os dois pesquisadores concordam que

- (A) a escola é a maior responsável pelo desempenho do aluno, e aprimorar seu efeito melhora a aprendizagem em taxas próximas a 90%.
- (B) há uma estabilidade no efeito-escola que se mantém linear em diferentes contextos sociais, públicos ou privados.
- (C) a escola tem um efeito relativo nos ganhos de aprendizagem de crianças e adolescentes, pois há outros fatores com impacto significativo.
- (D) o efeito-escola permanece inalterado quando a instituição se une à família, embora isso potencialize a qualidade das relações democráticas.
- (E) os efeitos da escola são mais significativos a curto prazo, ao passo que os efeitos da família e da comunidade são mais expressivos a longo prazo.

16. Paula é professora do ensino fundamental na rede estadual de São Paulo e recentemente foi transferida para uma nova unidade. Após algumas semanas de trabalho, ela já se sente adaptada ao ambiente e está aliviada com a sensação de que, nesta nova equipe, não há conflitos, diferentemente da escola onde lecionava antes, marcada por tensões explícitas. Considerando a perspectiva de Ceccon *et al.* (2009), a percepção de Paula acerca da nova equipe é

- (A) equivocada, pois conflitos são inerentes às interações e, portanto, não podem ser eliminados.
- (B) acertada, pois a ocorrência de conflitos denota violências implícitas às relações de um grupo.
- (C) equivocada, pois conflitos são sempre construtivos, direcionando ao avanço da equipe.
- (D) acertada, pois, onde existe diversidade, movimento e diálogo, não existe conflito.
- (E) equivocada, pois a real ausência de conflitos decorre de apatia e falta de compromisso do grupo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

17. Entre as técnicas apresentadas por Lemov (2023) em seu livro *Aula nota 10 3.0: 63 técnicas para melhorar a gestão da sala de aula*, há algumas especificamente voltadas à preparação da aula. A esse respeito, conforme as proposições do autor, a técnica *Planeje em dobro* consiste em
- (A) abranger o dobro do tempo de aula disponível, de modo que sempre haja atividades para propor aos alunos que terminam antes do previsto.
 - (B) planejar não apenas o que o professor deverá fazer em cada etapa das atividades, mas também o que os alunos deverão fazer.
 - (C) manter atenção redobrada quanto ao domínio dos conteúdos, evitando que erros possam ocorrer durante a aula.
 - (D) elaborar o planejamento pedagógico em duplas, para que a responsabilidade pelas escolhas didáticas possa ser compartilhada.
 - (E) programar atividades a serem realizadas em duplas de alunos, já que a aprendizagem por pares é a técnica mais eficiente de acordo com estudos científicos.
18. Segundo Lemov (2023), quando os alunos conseguem ler com fluência, sua memória de trabalho é liberada para pensar com mais profundidade sobre o texto, e sua compreensão e habilidade para analisar aumentam. Para o autor, a leitura fluente é um exemplo do seguinte princípio:
- (A) a motivação para a aprendizagem é determinada por fatores internos ao indivíduo.
 - (B) a aprendizagem é inversamente proporcional à atenção.
 - (C) não esquecemos aquilo que aprendemos.
 - (D) hábitos aceleram a aprendizagem.
 - (E) a capacidade da memória de trabalho é ilimitada.
19. Em suas ponderações acerca da inclusão escolar, Mantoan (2015) endossa a proposição de
- (A) uma naturalização das diferenças, pois são marcas indelévels de quem foge à normalidade.
 - (B) uma ética fundada na tolerância das deficiências enquanto definidoras do sujeito.
 - (C) uma tomada da diferença como parâmetro, sem que a igualdade seja fixada como norma.
 - (D) uma lógica baseada na igualdade enquanto categoria assegurada por princípios liberais.
 - (E) uma perspectiva pautada pela adaptação curricular na escola comum, conforme o modelo das escolas especiais.
20. Ao planejar o final de seu semestre letivo, o professor Ângelo está se organizando para dar aos estudantes de sua turma um retorno quanto às atividades feitas no período. Tendo lido recentemente o livro de Williams (2005), Ângelo se prepara para dar um *feedback equilibrado*, o qual, para o autor, consiste no equilíbrio entre
- (A) a devolutiva coletiva e a individual.
 - (B) a avaliação feita pelo professor e a feita por pares.
 - (C) a linguagem firme e a tranquila.
 - (D) o retorno positivo e o corretivo.
 - (E) o rigor e a condescendência.
21. A *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (Brasil, 2008), em suas diretrizes, estabelece que o atendimento educacional especializado (AEE) identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.
- Nessa perspectiva, é correto afirmar que o AEE
- (A) disponibiliza as atividades que se diferenciam daquelas realizadas na sala de aula comum, substitutivas à escolarização nos alunos com deficiências severas.
 - (B) é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta optativa dos sistemas de ensino quando realizado em centro educacional especializado.
 - (C) deve estar articulado com a proposta pedagógica das salas de recursos e da educação especial ao longo de todo processo de escolarização.
 - (D) tem início na educação infantil, a partir dos 03 anos de idade, após o período de intervenção precoce, pois atendimentos a bebês não pertencem ao AEE.
 - (E) disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva.
22. Para promover uma educação integral com equidade, o *Currículo Paulista – etapa Ensino Médio* (2020) considera que as temáticas, os atendimentos e as modalidades de ensino permeiam os diversos componentes curriculares de todas as etapas da vida escolar. Nesse sentido, deve-se possibilitar o desenvolvimento de
- (A) competências e habilidades ancoradas em um atendimento educacional inclusivo.
 - (B) um plano educacional individualizado definido pelo atendimento educacional especializado.
 - (C) adaptações dos espaços escolares para que atendam às diferentes necessidades do alunado.
 - (D) conteúdos específicos para alunos com deficiências e transtorno global do desenvolvimento.
 - (E) adequações curriculares pautadas na avaliação pedagógica dos alunos com necessidades especiais.

23. “O Currículo Paulista, em observação à acentuada diversidade cultural e ao compromisso com a redução das desigualdades educacionais no Estado, leva em consideração as necessidades, as possibilidades e os interesses do estudante, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais, de modo a assegurar suas aprendizagens essenciais integralmente.”

(SÃO PAULO [Estado]: SEDUC, 2020, p. 39)

De acordo com a citação, um dos pontos focais na elaboração do Currículo Paulista consiste na equidade e

- (A) na inclusão de todos os alunos na escola, segundo as políticas de educação especial.
- (B) no reconhecimento de que as necessidades dos estudantes são diferentes.
- (C) na diversidade cultural do alunado e do professorado paulista.
- (D) na igualdade, de forma a que de todos os estudantes tenham os mesmos direitos à educação.
- (E) na participação ativa do alunado nos valores culturais e educacionais da escola.

24. Amorim e Alves (2008) afirmam que não existe uma dificuldade intransponível para atender às necessidades da criança cega e que o diferencial está no procedimento metodológico utilizado, que favoreça as formações pessoal, social e o conhecimento do mundo. De acordo com as autoras, para facilitar o contato com a criança cega na escola, uma das orientações é:

- (A) eliminar situações em que precise de mais tempo para interagir com as pessoas, para não a superproteger.
- (B) permitir, com frequência, a exposição aos ambientes “barulhentos”, para que se acostume com excesso de volume e sons diferentes.
- (C) não supervalorizar as suas aquisições, uma vez que aprender é um processo evolutivo para todas as crianças.
- (D) evitar falar os termos “ver” e “olhar”, uma vez que inferem as dificuldades reais da criança cega.
- (E) evitar comentar junto às outras crianças da sala sobre a condição visual da criança cega para não a diminuir.

25. O processo de desenvolvimento e aprendizagem tátil envolve algumas fases que são interdependentes e dinâmicas entre si, como a consciência da qualidade tátil, conhecimento de estruturas e formas básicas e representação bidimensional, segundo Amorim e Alves (2008).

Assinale a alternativa que, de acordo com as autoras, exemplifica a consciência da qualidade tátil.

- (A) Despertar o tato ativo e usá-lo com intencionalidade.
- (B) Conhecimento de formas tridimensionais.
- (C) Representação dos objetos planos e relevos.
- (D) Exploração e manuseio dos objetos concretos.
- (E) Manuseio e exploração de jogos de encaixes e montagens.

26. No *ebook Diversidade e Cultura Inclusiva* (2014, p. 8), Sadao Omote, ao escrever o prefácio, reflete que os educadores precisam ter um domínio seguro de conhecimentos acerca da diversidade e da inclusão e afirma:

“Embora comumente se localize o início do movimento em direção à inclusão à década de 90 do século XX, na verdade, as sociedades humanas vêm tornando-se progressivamente inclusivas há longos séculos. Esse velho movimento inclusivo, ainda que de modo não explícito, é fundado nas noções de diversidade, igualdade, cidadania etc.”

De acordo com o esse autor, com relação ao movimento inclusivo, nada essencialmente mudou, a não ser aguçar a percepção da diversidade e a consciência

- (A) da sociedade de que a inclusão é direito assegurado por lei.
- (B) de que a educação é para todos até mesmo para as pessoas com deficiência.
- (C) de integrar sem distinção de gênero, deficiências e ou transtornos.
- (D) do professorado em aceitar a igualdade em sala de aula.
- (E) da necessidade de lutar pelo direito à cidadania plena.

Considere a seguinte definição para responder às questões e números 27 e 28.

Auxílios não ópticos para baixa visão: são auxílios que não empregam sistemas ópticos, porém, modificam materiais e o ambiente para promover o melhor desempenho visual da pessoa com baixa visão. Podem ser: para a ampliação; para posicionamento e postura; para leitura e escrita e para promover a iluminação.

(Adaptado de SAMPAIO *et al*, 2010, p. 113)

27. Assinale a alternativa que corresponde a um auxílio não óptico para a escrita.

- (A) Acetato amarelo disposto sobre o texto.
- (B) Tiposcópio confeccionado em cartão preto.
- (C) Armações de óculos com proteções laterais.
- (D) Folhas com pauta ampliada e reforçada.
- (E) Viseiras, chapéus e bonés.

- 28.** Com relação aos auxílios não ópticos para baixa visão que possibilitam um controle de iluminação, é correto afirmar que as lâmpadas fluorescentes
- (A) emitem radiação ultravioleta, podendo ser tóxica, e, pelo fato de a luz ser intensa, deve ser evitada próxima à pessoa.
 - (B) possibilitam menor contraste, são mais ofuscantes, não geram calor e podem ser usadas nas fontes situadas próximas à pessoa.
 - (C) emitem mais luz amarela, são mais direcionais, permitem maior contraste, geram muito calor e não devem ser usadas muito próximas à pessoa.
 - (D) fornecem iluminação intensa e direcional e, pela emissão de radiação ultravioleta, demandam maior precaução em seu uso.
 - (E) são mais direcionais – a luz sofre menor dispersão, o que leva a um menor ofuscamento –, geram muito calor e não devem ser usadas muito próximas à pessoa.
- 29.** Com relação aos recursos ópticos para a baixa visão, as lupas manuais são muito usadas em campos periféricos remanescentes, porque permitem o posicionamento adequado para uso mais eficiente da visão e apresentam vantagens e desvantagens (Sampaio *et al*, 2010. Adaptado).
- Dentre as desvantagens, destaca-se o fato de que
- (A) são empregadas para campo visual contraído.
 - (B) só podem ser usadas para tarefas longas e de concentração.
 - (C) têm reduzida velocidade de leitura.
 - (D) não podem ser usadas com correção óptica de distância.
 - (E) não podem ter a fonte de luz acoplada à lente.
- 30.** João, um adolescente de 13 anos, recebeu a prescrição do uso de ampliação por prisma devido à baixa visão causada por distrofia de cones. O professor observou que, após o uso dos prismas, João diminuiu o movimento de lateralizar a cabeça para buscar o foco visual. Sabendo que o uso do prisma visa deslocar a imagem percebida pela retina para fora da região foveal, estimulando uma nova área ainda preservada na retina, e com base em Sampaio *et al* (2010), o professor deduz que o comprometimento visual de João está relacionado com
- (A) campo visual central ou paracentral.
 - (B) campo visual periférico – lateral.
 - (C) acuidade para perto.
 - (D) acuidade para longe.
 - (E) percepção de contraste.
- 31.** A autora Ormelezi (2006) escreveu sobre a dimensão psicossocial da cegueira, identificando o modo como o cego é visto por aquelas pessoas que enxergam e qual o lugar que o cego ocupa no discurso instaurado, quer no âmbito pessoal, quer no social. O cego é visto como coitado, pecador ou como sábio, como o que tem que ser o melhor, ou aquele sobre quem paira sempre uma dúvida em relação à sua capacidade. Para esta autora, a dimensão psicossocial da cegueira implica
- (A) aceitar a cegueira como condição biológica do sujeito e não como um atributo que interfere em seu desenvolvimento.
 - (B) eliminar os estigmas e preconceitos sobre a cegueira que pairam no imaginário popular atribuindo ao cego a vida na escuridão.
 - (C) não repercutir na pessoa cega o caminho de constituição e desenvolvimento biológico daquele que vive em um mundo construído pela visão.
 - (D) não projetar na pessoa cega aquilo que a pessoa que vê imagina ser a escuridão e a ausência de visão.
 - (E) atitudes e crenças referentes a um imaginário coletivo, ao longo da história da humanidade, que são reeditadas nos mitos familiares.
- 32.** Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) apontam que a colaboração entre profissionais da educação regular e especial é possível com o trabalho em coensino em diferentes estágios de interação e colaboração. Para essas autoras, quando o profissional da educação especial gradualmente passa a assumir um papel mais ativo em sala de aula e a comunicação entre os profissionais de educação especial e ensino regular passa a ser mais frequente, aberta e interativa, trata-se do estágio
- (A) colaborativo.
 - (B) de comprometimento.
 - (C) participativo.
 - (D) inicial.
 - (E) de interação.

- 33.** Borges (2020, p. 73), ao se referir ao atendimento educacional especializado, comenta que “o conhecimento complementar depende da demanda de cada educando do público-alvo da educação especial, pois alguns alunos demandam o conhecimento de inserção na cultura e outros demandam que se explorem conceitos específicos trabalhados em sala de aula”. Para essa autora, tanto uma demanda quanto a outra
- (A) se referem ao currículo prescrito de uma sociedade capitalista que não é acessível para muitos dos alunos da educação especial.
 - (B) dependem das condições físicas e materiais que a escola oferece para o atendimento educacional especializado.
 - (C) se referem a uma hierarquia de saberes, em que deve-se avaliar qual o primeiro a ser trabalhado.
 - (D) se trata de conhecimento, pois o aluno poderá exercer sua autonomia e vida em sociedade.
 - (E) se trata da formação do professor da educação regular e da educação especial.
- 34.** Masini (2013, p. 37) afirma ser necessário que o docente seja “capaz de organizar e transmitir com clareza seus pensamentos e de transformar as condições insatisfatórias, contribuindo para que o aluno desenvolva confiança em si mesmo.” Para a autora, especificamente para a pessoa com deficiência visual, é necessário que o educador esteja atento
- (A) a mostrar expectativas que considerem possibilidades do educando frente à sua deficiência e também vivenciar suas limitações, na medida em que precisa realizar a mesmas aprendizagens dos alunos sem deficiências.
 - (B) a fazer contato por meio dos sentidos de que seu educando dispõe, manifestando consideração pelas limitações e permitindo os momentos de isolamento para restabelecer o equilíbrio emocional.
 - (C) à reação emocional de aceitação da deficiência visual e aos limites impostos por ela, atribuindo à pessoa com deficiência responsabilidades de acordo com sua idade e desenvolvimento.
 - (D) a evitar situações em que a criança fale de suas descobertas sobre as pessoas e objetos e de suas experiências perceptivas, para que não se exponha e não seja objeto de comentários entre seus pares e colegas.
 - (E) aos momentos de interação e de execução de atividades que motivem a criança com deficiência visual a ajustar-se aos conteúdos que são disponibilizados a seus pares sem deficiência.
- 35.** A Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/2015 considera em seu artigo 3º: “pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.” Esta definição refere-se ao
- (A) profissional de apoio escolar.
 - (B) atendente pessoal.
 - (C) acompanhante escolar.
 - (D) acompanhante terapêutico.
 - (E) estagiário da escola.
- 36.** A Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/2015, em seu artigo 3º, considera: “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.” Essa concepção refere-se
- (A) às adaptações razoáveis.
 - (B) ao desenho universal.
 - (C) à acessibilidade.
 - (D) aos ajustes razoáveis.
 - (E) à tecnologia assistiva ou ajudas técnicas.
- 37.** Existe um recurso tecnológico, segundo Lima (2018), que possibilita ao aluno com deficiência visual usar o computador com a função de edição de textos, leitura de documentos e recursos para impressão de textos em braille, assim como jogos didáticos, calculadora vocal, relógio, ampliador de telas e leitor simplificado na tela. Este recurso é o
- (A) NVDA (NonVisual Desktop Access).
 - (B) software gratuito ORCA.
 - (C) JAWS (Job Access With Speech).
 - (D) Sistema DOSVOX.
 - (E) Virtual Vision.

- 38.** Para os alunos com baixa visão, o uso de contrastes é benéfico e pode ser utilizado de várias maneiras, dependendo das necessidades visuais específicas de cada um, atendendo suas preferências e o conforto. Um exemplo do uso funcional de contrastes, de acordo com Domingues (2010), é:
- (A) utilizar lousa branca, porque reflete mais a luz e facilita a visualização de contrastes.
 - (B) usar cores brilhantes, evitando o uso de relevo, pois o objetivo é trabalhar contrastes.
 - (C) usar giz cujas cores permitam os reflexos de luz solar sobre a lousa para facilitar a iluminação do texto.
 - (D) evitar o uso de emborrachados, porque não têm boa textura para relevo.
 - (E) utilizar os cadernos com pautas pretas ou pautas contrastantes com a folha de papel.
- 39.** A baixa visão pode ser causada por dificuldades de campo visual. Domingues (2010) menciona que um aluno com alterações de campo visual periférico poderá ter dificuldades
- (A) com acuidade visual.
 - (B) com a orientação e mobilidade.
 - (C) para reconhecer e ler letras pequenas.
 - (D) em identificar as cores no campo central.
 - (E) em identificar os detalhes de uma figura.
- 40.** As definições de baixa visão e cegueira podem ser feitas por dois critérios: legal e educacional. Do ponto de vista educacional, é importante observar como o estudante utiliza a visão e quais são os potenciais visuais a serem explorados, bem como quais os recursos adequados para cada caso (Lima, 2018). Nesse contexto, o fator de definição para classificação educacional de cegueira é:
- (A) o uso do sistema de leitura e escrita braille.
 - (B) necessidade do uso de recursos ópticos para leitura e escrita.
 - (C) restrição de 60% do campo visual em ambos os olhos.
 - (D) restrição simultânea de campo visual e de acuidade.
 - (E) acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho.
- 41.** De acordo com Domingues *et al* (2010), durante o desenvolvimento da criança com cegueira congênita, é necessária a mediação adequada do adulto para estimular e criar outras formas de comportamentos exploratórios por meio do contato físico e da fala pautados em referencial perceptivo não visual para preencher as lacunas ocasionadas pela falta da visão. Podem aparecer comportamentos como o verbalismo, caracterizado
- (A) por repetições sistemáticas semelhantes ao autismo, com maneirismos, tendência ao isolamento e a falar sozinho.
 - (B) pelo hábito de falar em terceira pessoa e de repetir o que ouve como um eco da fala do outro.
 - (C) pelo movimento rotativo das mãos, balanço e manipulação do corpo e inclinação do corpo para compensar a falta de visão.
 - (D) pelo uso de palavras, expressões e termos desprovidos de sentido e significado, porque a falta de visão colabora para substituir com palavras aquilo que não enxerga.
 - (E) pela repetição, de forma automática e perseverante, de uma ideia ou frase simplesmente para preencher o vazio da falta de contato e de interação.
- 42.** Para aprender o braille, “a criança cega tem que analisar com seus dedos (geralmente o indicador) cada uma das letras (ou pontos), separando uma das outras” (Sampaio *et al*, 2010, p. 396). Portanto, na leitura braille,
- (A) o movimento se realiza da direita para a esquerda, e a pessoa usa a polpa do dedo indicador da mão direita como padrão.
 - (B) a aprendizagem é lenta, requer alto grau de disciplina, alta capacidade cognitiva e habilidade de manuseio de reglete.
 - (C) os dedos não podem captar de uma vez uma palavra, porque a superfície de contato da polpa dos dedos é muito pequena.
 - (D) podem ser usadas as duas mãos, dependendo da habilidade da pessoa, em movimentos da direita para a esquerda.
 - (E) pode ser usada a reglete com 25 células retangulares, com os 6 pontos convexos agrupados de 3 em 3.

43. A máquina braille é um recurso importantíssimo de trabalho para o aluno com cegueira durante seu período de escolarização e oferece vantagens em relação ao uso da reglete, pois a máquina braille evita a duplicidade de códigos (um de leitura e outro de escrita). Neste contexto, assinale a alternativa que representa outra vantagem da máquina braille em relação à reglete, segundo Sampaio *et al* (2010).

- (A) A maior vantagem é a uniformidade dos pontos, já que a máquina braille não permite continuar a palavra ou frase que não couber na linha.
- (B) Permite a simultaneidade da leitura e escrita, um dos princípios básicos do processo de alfabetização.
- (C) Permite maior qualidade do material impresso, apesar do processo de escrita ser mais lento.
- (D) A maior vantagem é para a aprendizagem da leitura, porque é mais rápida que com a reglete, embora esta tenha melhor uniformidade de pontos.
- (E) A escrita é mais lenta, exige maior esforço, pois a criança cega precisa escrever e depois tocar o dedo na produção para conferir o que foi escrito.

44. Assinale a alternativa correta quanto ao Soroban, com base em Sampaio *et al* (2010).

- (A) É um sistema de cálculos da vida diária, permite o desenvolvimento do cálculo mental e o conceito de número, cuja manipulação depende do raciocínio e do domínio do usuário, substituindo a calculadora.
- (B) Os eixos horizontais representam as ordens: unidade; dezena; centena; unidade do milhar e assim por diante, permitindo o registro de números e operações pelo uso das contas na régua.
- (C) As operações são realizadas com o indicador e o polegar da mão direita, sendo que o indicador é usado para abaixar e levantar as contas de valor 5 e abaixar as contas de valor 10.
- (D) Permite compreender os conceitos de reserva e empréstimos em aritmética e a compreensão das combinações de 5 a 10 como complementos dos números, por isso é um substitutivo da calculadora.
- (E) Apesar de ser um instrumento concreto, o número mostrado no ábaco é abstrato, baseado no sistema decimal, ajudando a criança a entender o conceito de valor posicional dos números e de base.

45. Gabriela é uma criança de 6 anos com cegueira e que está com algumas dificuldades em relacionar corretamente os pontos em braille com as respectivas letras. A professora pediu para que Gabriela escrevesse com a reglete a letra “j” em minúsculo. Abaixo está a resposta de Gabriela:



Pela resposta de Gabriela, é correto afirmar, de acordo com a *Grafia Braille para a língua portuguesa* (Brasil, 2018), que a criança se confundiu porque escreveu o sinal

- (A) do ponto de exclamação.
- (B) de dois pontos.
- (C) de abre aspas.
- (D) de asterisco.
- (E) da letra “s” em minúsculo.

Considere os seguintes sinais do Sistema Braille para responder às questões de número 46 e 47.



46. Assinale a alternativa que descreve corretamente as séries a que pertencem os sinais do Sistema Braille.

- (A) O sinal da esquerda pertence à 5ª série, e o da direita pertence à 6ª série.
- (B) Ambos pertencem à 4ª série.
- (C) O sinal da esquerda pertence à 4ª série, e o da direita pertence à 6ª Série.
- (D) Ambos pertencem à 6ª série.
- (E) Ambos pertencem à 5ª série.

47. Os sinais da esquerda e da direita correspondem respectivamente:

- (A) ao ponto final e à vírgula.
- (B) à vírgula e à letra “ã”.
- (C) ao ponto de interrogação e à vírgula.
- (D) à letra “a” e à letra “e”.
- (E) à letra “i” e à letra “p”.

48. De acordo com a *Grafia Braille para a língua portuguesa* (Brasil, 2018), para a escrita em braille da palavra INCLUSÃO, toda grafada em maiúscula, é necessário representar
- (A) antepondo às letras o sinal composto (25 46 46).
 (B) as letras precedidas imediatamente pelo sinal composto (46).
 (C) o sinal composto (46 46) antes da letra “l” e depois da letra “o”.
 (D) utilizando-se o sinal composto (46 46) antes da letra “l”.
 (E) o sinal composto (46) antes da letra “l” e depois da letra “o”.
49. De acordo com a *Grafia Braille para a língua portuguesa* (Brasil, 2018), a escrita do número 20 é representada pela seguinte sequência de pontos:
- (A) (3456) (12) (24)
 (B) (3456) (12) (245)
 (C) (3456) (14) (24)
 (D) (56) (12) (24)
 (E) (56) (14) (245)
50. Na *Grafia Braille para a língua portuguesa* (Brasil, 2018), nas representações de datas sob a forma inteiramente numérica, os elementos constitutivos devem ser colocados pela ordem dia-mês-ano, utilizando-se dois algarismos para o dia, dois para o mês e dois ou quatro para o ano. Dentre as regras estabelecidas, está definido que
- (A) o sinal de algarismo deve ser repetido antes de cada elemento da data.
 (B) na representação do ano, deve-se empregar o ponto separador de classes.
 (C) os elementos constitutivos da data devem ser separados obrigatoriamente por barra.
 (D) a representação pode ser feita tanto com algarismos arábicos quanto com romanos.
 (E) o sinal de algarismo deve ser repetido apenas no início da data.
51. Segundo a *Grafia Braille para a língua portuguesa* (Brasil 2018), palavra “aluno” tem a seguinte sequência de pontos em braille:
- (A) (1) (134) (135) (1235) (1)
 (B) (1) (134) (1245) (135) (1)
 (C) (135) (1234) (15) (1235) (15)
 (D) (12) (1235) (135) (2345) (135)
 (E) (1) (123) (136) (1345) (135)
52. Assinale a alternativa cujas letras correspondem, respectivamente, às seguintes grafias em braille.
- | | |
|-----|-----|
| ● ● | ○ ● |
| ● ○ | ● ● |
| ○ ○ | ○ ● |
- (A) “f” e “w”
 (B) “d” e “o”
 (C) “d” e “w”
 (D) “l” e “r”
 (E) “f” e “m”
53. Com base em Sampaio (2010, p. 460), a definição “superfície de piso caracterizado pela diferenciação de textura em relação ao piso adjacente destinado a constituir aviso perceptível por pessoas com deficiência visual (cegos e com baixa visão)” refere-se ao piso
- (A) cromodiferenciado.
 (B) permanente ou posicional.
 (C) direcional.
 (D) tátil.
 (E) internacional de acesso.
54. Nas palavras de Domingues (2010, p. 35): “uma criança com cegueira levará mais tempo para conhecer ou reconhecer as coisas ou objetos porque manuseia e analisa palmo a palmo o objeto”; isto porque, pelo tato, a criança
- (A) percebe detalhes e minúcias de forma abrangente e simultânea.
 (B) organiza seu mundo a distância pela exploração dos objetos.
 (C) percebe formas e tamanhos de maneira simultânea e sequencial.
 (D) analisa objetos de maneira imediata e global.
 (E) tem acesso às informações de forma limitada, pois o tato é sequencial e lento.
55. Na concepção da autora Masini (2013), para se compreender a pessoa com deficiência visual e sua maneira de se relacionar no mundo que a cerca, há que se considerar ao mesmo tempo sua generalidade e especificidade. Portanto, para essa compreensão, segundo o pensamento da autora, é importante conhecer sobre a pessoa com deficiência visual:
- (A) se há algum resíduo visual.
 (B) a sua experiência perceptiva.
 (C) a sua habilidade tátil.
 (D) suas potencialidades visuais.
 (E) as suas dificuldades visuais reais.

- 56.** Carlos tem 9 anos e diagnóstico de baixa visão por alteração de acuidade, devido a alto grau de miopia. Além disso, refere que precisa de adequações de iluminação, porque tem dificuldades para perceber e detectar a diferença de brilho (luminância) entre duas superfícies adjacentes. Esta dificuldade visual de Carlos, de acordo com Lima (2018) refere-se à função de
- (A) adaptação visual.
 - (B) visão de cores.
 - (C) sensibilidade ao contraste.
 - (D) percepção de brilho e luz.
 - (E) visão binocular.
- 57.** Dentre as doenças oculares mais frequentes, Lima (2018) relata que a doença de Stargardt se manifesta dos 10 aos 20 anos de idade, com casos de baixa visão de leve à profunda. Esta doença caracteriza-se por uma perda de
- (A) campo visual central.
 - (B) campo visual periférico.
 - (C) campos central e periférico.
 - (D) acuidade visual para perto.
 - (E) acomodação visual pelo estrabismo.
- 58.** Ao fazer matrícula de Carolina, 6 anos, sua mãe informou à escola que Carolina tem bastante dificuldade para enxergar de perto, principalmente quando usa o caderno, pinta ou desenha, pois aproxima muito seu rosto do papel. A mãe informa, também, que levou Carolina ao oftalmologista, que disse que olho de Carolina é mais curto que o normal e recebeu óculos. Com base no histórico acima e em Lima (2018), é possível inferir que Carolina tem
- (A) astigmatismo.
 - (B) hipermetropia.
 - (C) presbiopia.
 - (D) miopia.
 - (E) vista cansada.
- 59.** Com relação à iluminação da sala de aula, particularmente para alunos com baixa visão, que necessitam da iluminação, de acordo com Domingues (2010), está correto
- (A) orientar o aluno com fotofobia a sentar-se perto da janela para melhor iluminação, uma vez que tem dificuldade com luz artificial.
 - (B) permitir que o aluno se sente do lado oposto à janela para evitar a incidência direta e o ofuscamento causado pela luz solar.
 - (C) orientar o uso de bonés na sala de aula para diminuir a incidência de luz nos olhos do aluno.
 - (D) usar luminária portátil localizada próxima ao aluno quando a iluminação não for suficiente.
 - (E) o uso de lâmpadas incandescentes perto do aluno porque são as mais recomendadas para iluminação.
- 60.** Segundo Lima (2018, p. 34), “a audiodescrição é a arte de transformar aquilo que é visto em palavras. Configura-se como um poderoso recurso na inclusão escolar e acadêmica, na medida em que possibilita referência e compreensão do ambiente”. De acordo com a autora, o professor pode e deve fazer uso da audiodescrição em sala de aula e está correto
- (A) evitar que outras crianças ajudem nesta atividade, pois elas não sabem como fazer e podem confundir o amigo com cegueira.
 - (B) evitar descrever as cores, pela falta de objetividade e porque cores não fazem parte do universo da criança com cegueira.
 - (C) fazer de maneira objetiva e com detalhes, mesmo que o potencial de compreensão da criança com cegueira ainda esteja aquém do entendimento.
 - (D) descrever de maneira formal, com detalhes, porém restringindo as informações para não cansar a criança quando estiver em ambientes abertos e inovadores.
 - (E) usar palavras do cotidiano da criança e, quando perceber que você não consegue transmitir a informação, pedir ajuda à própria criança.

